Vasco Pulido Valente

A «Revolta do Grelo»[1]: ensaio de análise política

Este artigo pretende fornecer um contributo para determinar os limites *de um certo sistema político (o chamado «rotativismo monárquico português») no contexto social que lhe era próprio. Serve-lhe de base uma análise dos tumultos populares que, em Março de 1903, ocorreram em Coimbra, tumultos que foram depreciativamente designados, em certa imprensa de Lisboa, por a «Revolta do Grelo». Para efectuar tal análise, tornaram-se paradigmáticos os trabalhos de certos historiadores — designadamente A. Soboul, M. Cobb e G. Rudé — que profundamente transformaram os métodos tradicionais de estudo dos movimentos populares. No fim do artigo definem-se efectivamente os limites do sistema político considerado, mostrando, a partir dos resultados da análise efectuada, quais os grupos sociais que esse sistema* incluía *e quais os grupos que ele* excluía.

I[2]

O estudo dos movimentos populares foi transformado pelos trabalhos de A. Soboul, R. Cobb e G. Rudé. Onde antes apenas se mencionavam entidades abstractas, recobertas por designações colectivas e ambíguas como «o povo» (ou «a canalha»), «as massas» (ou «as minorias activas»), «os militantes» (ou «os díscolos»), passou a tentar identificar-se em pormenor os homens e as mulheres que em cada caso compunham a multidão. Através de listas de feridos ou de relatórios policiais, procurou saber-se quem eram, que idade tinham, em que trabalhavam, onde moravam. Tornou-se assim impossível confundir as suas ideias e objectivos com as ideias e objectivos solenemente proclamados por dirigentes

[1] Porque começaram pelo protesto de vendedeiras de hortaliça, os tumultos populares que aqui se analisam foram baptizados pela imprensa de Lisboa, que os queria ridicularizar e minimizar, com o nome de «Revolta do Grelo».

[2] Os Srs. Prof. Dr. A. SEDAS NUNES e Dr. Joaquim AGUIAR, sobretudo o primeiro, muito contribuíram, com as suas sugestões e correcções, para melhorar o presente artigo. Escusado será acrescentar que em nada são responsáveis pela sua qualidade final ou pelos erros que eventualmente contenha.

formais ou informais nos comícios, nos Parlamentos ou na imprensa. Uma distância social, política e ideológica entre os chefes e aqueles que os seguiam, ou provisoriamente os apoiavam, apareceu então com clareza. Simultaneamente, os movimentos de massa (tumultos, manifestações, greves) passaram a ser olhados de uma nova perspectiva. Para o historiador clássico, por exemplo, tirando o número de mortos e de feridos, uma manifestação era substancialmente igual a outra. Agora, porém, a análise das palavras de ordem, da direcção (se alguma), da táctica seguida e da reacção perante as forças repressivas permitia introduzir distinções e construir modelos analíticos que não só davam conta do que antes se atribuíra à singularidade de uma situação ou se pusera de parte como irrelevante, mas também criavam uma nova categoria de fenómenos a explicar. A observação do acontecimento (ou, para usar uma linguagem pseudotécnica, do «evento»), que uma geração de historiadores desprezara como exercício menor ou erro metodológico, mostrava-se assim, sob certa óptica, mais produtiva que os chamados estudos «estruturais» [3].

Soboul e Cobb pretenderam averiguar o que estava por detrás de certas categorias históricas correntemente adoptadas. As perguntas a que responderam ou tentaram responder destinavam-se a esclarecer um processo político constituído, isto é, um processo cujos agentes eram portadores de uma determinada forma de consciência da sua posição na sociedade a que pertenciam e das transformações que queriam introduzir-lhe. Ou seja: Soboul e Cobb perguntaram, por exemplo, quem eram e qual era a ideologia dos *sans-culottes*, ou as massas das «jornadas», o que fora o «terror» do ano II ou a prática revolucionária de 1789-93 [4]. Por outras palavras, estudaram grupos de agentes e uma acção identificáveis em termos de um quadro de referências que os englobava e lhes dava um sentido imediato, tanto em função de outros agentes (constitucionais, girondinos, jacobinos, etc.), como de outras acções ou ordens de acções (a tomada da Bastilha, os massacres de Setembro, o Terror, etc.). Rudé, pelo contrário, analisou movimentos não definíveis em termos de posições políticas assumidas pelos respectivos agentes: tumultos do trigo no século XVIII, «*church and king mobs*», os «*gordon riots*». Mas Rudé preocupou-se mais com distingui-los de outras formas posteriores de protesto social, com uma ideologia explícita e fins tácticos definidos, do que com explicar por eles certas características dos sistemas políticos que os suscitavam [5].

Isto leva-nos a uma questão metodológica central. O historiador político está sempre posto perante uma estrutura de relações

---

[3] No sentido que F. BRAUDEL e a escola dos *Annales* dão à palavra: por oposição a e distinção de «evento», «conjuntura» e «tempo longo».

[4] Ver, por exemplo, Albert SOBOUL, *Les Sans-coulottes parisiens en l'an II, Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire (1793-1794)*, Paris, Éditions du Seuil, 1968; Richard COBB, *The Police and the People, French Popular Protest (1789-1820)*, Oxford, O. U. P., 1971; e ainda George RUDÉ, *The Crowd in the French Revolution*, Oxford, O. U. P., 1960.

[5] George RUDÉ, *The Crowd in History, 1730-1848*, Nova Iorque, 1964.

de poder e um número limitado de agentes dessas relações, isto é, de grupos ou de instituições capazes de determinar a forma e o uso do Aparelho do Estado. Talvez não seja necessário repetir que nem os grupos são por norma susceptíveis de ser descritos como grupos ou classes sociais homogénos (os artesãos, o operariado fabril ou a «pequena burguesia», a «pequena burguesia urbana»), nem os suportes (funcionários) e componentes das instituições se recrutam num único grupo ou classe. Como é óbvio, os agentes de poder podem interpretar-se em termos sociológicos: isso, no entanto, não lhes retira a qualidade de categorias políticas.

Tanto os agentes como a acção se inserem em e estão condicionados por um campo histórico particular. Porém, embora este último seja, segundo várias perspectivas, teoricamente decomponível nos seus elementos constituintes (grupos sociais), estes não têm existência política como tais, isto é, pelo simples facto de fazerem parte do campo histórico em que os agentes políticos se movem e o sistema político está inserido. O conjunto de relações de poder é específico e circunscrito: a primeira dificuldade consiste (ou deveria consistir), portanto, em identificar os seus limites. É este o problema metodológico central a que atrás se fez menção.

Aqui, a análise dita «estrutural» é de pouca ajuda. Permite saber quem *o sistema inclui* e de que modo. Se, por exemplo, se estuda a composição ocupacional dos diferentes partidos ou grupos políticos informais existentes num dado momento, as suas ideologias, explícitas ou implícitas, e os seus objectivos estratégicos; se se caracteriza e interpreta a sua prática política, isto é, a sua maneira de relacionação num conjunto determinante — se se efectua uma análise deste tipo, torna-se possível compreender *o que* o sistema inclui e *como* inclui, mas continua a ignorar-se tudo sobre *o que o sistema exclui.*

Ora o modo e os termos da exclusão não são indiferentes e invariáveis. A massa que ainda se não constituiu em agente político (ou agentes) não é inerte. Para começar, evidentemente, as suas relações com os poderes instituídos não são de puro reflexo dos sinais que esses poderes emitem, de pura submissão ou de pura neutralidade. A seguir, nela agem e se desenvolvem forças que procuram a sua identidade de agentes, uma ideologia explícita e uma ordem racional de reivindicação.

Ora a história do protesto não político não foi ainda feita. É certo que se publicou um certo número de trabalhos de análise sociológica e económica de regimes e alterações revolucionários e até alguns que insistiam na repercussão dos movimentos do centro urbano sobre a periferia rural. Existem também os estudos de Hobsbawm sobre rebeldes primitivos, sobre as revoltas ditas do Captain Swing e sobre bandidos [6]. Mas as ambições de quase todos estes projectos (excepto os de Hobsbawm) são limitadas. A maior parte não tenta inventariar e interpretar o protesto popular não

[6] E. J. HOBSBAWM, *Primitive Rebels,* Manchéster, 1959; E. J. HOBSBAWM e G. RUDÉ, *Captain Swing,* Londres, 1969, e *Bandits,* Londres, 1971.

político, nem partir dele para a investigação do sistema de poder que com ele coexiste. Apenas recentemente alguns estudos sobre a criminalidade principiam a explorar organizadamente esta área [7].

Não é difícil compreender as razões da omissão. O protesto popular distingue-se pelo seu carácter esporádico e não institucional. A um historiador primariamente preocupado com a análise das «estruturas» parecerá não mais que uma série de incidentes insignificativos; talvez, nos melhores casos (movimentos camponeses durante revoluções nacionais começadas nas cidades, por exemplo), com alguns (às vezes fracos) efeitos nas relações de poder constituídas [8].

Deste modo, a história política, ou seja, a história dos sistemas políticos, tem sido escrita sem nenhuma tentativa para situar estes últimos no campo histórico em que se definem e que, portanto, lhes pode dar sentido.

Este artigo pretende fornecer um contributo para localizar e encontrar os limites de um sistema político determinado — o rotativismo monárquico português — no universo social que lhe é próprio.

II

Nos dias 8, 9 e 10 de Março de 1903, alguns fiscais de contribuições, dependentes do Governo Civil de Coimbra, começaram a exigir às vendedeiras «ambulantes» do mercado local a apresentação de uma licença, mais conhecida por «imposto do selo». A licença custava 1300 réis e constava de uma autorização de comerciar propriamente dita de 1200 réis e de um certificado de 100 réis passado pelo delegado de saúde. Quem não tivesse satisfeito estas obrigações legais tornava-se passível de uma multa de 2000 réis [9].

A licença não era recente. Fora criada em 1872 e a sua cobrança fizera-se cumulativamente com a da contribuição industrial até Dezembro de 1901, quando uma nova lei estabeleceu que passasse a ser paga através da aquisição de um «selo de verba ou estampilha». Na mesma altura, isto é, em 1901, decidiu-se ainda entregar a fiscalização a agentes especiais, para quem reverteria metade do rendimento das multas [10]. O objectivo declarado [11] destas alterações consistia em facilitar a cobrança e torná-la mais eficaz.

Publicado já em 1902, o novo regime devia entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1903. Porém, porque o «imposto do selo» suscitara protestos no País inteiro, o ministro da Fazenda, Teixeira de

---

[7] O crime é, evidentemente, a forma mais primitiva e permanente de revolta social.

[8] Ou interessará como sintoma da conjuntura económica. Assim, por exemplo, os tumultos do trigo.

[9] *DIA*, 12-3-1903. (N. B. — Para identificação das abreviaturas ver, no final do texto, o quadro «Fontes».)

[10] *CON.*, 17-3-1903.

[11] «Declarado», porque não faltaram insinuações de que a alteração se devera à necessidade de criar novos cargos públicos para premiar a «galopinagem» regeneradora (*DIL.*, 13-3-1903; *RES.*, 14-3-1903).

Sousa, de acordo com o Governo, alargara o prazo para 28 de Fevereiro. Uma semana mais tarde, alguns fiscais apareceram na aldeia de Sabrosa, perto de Coimbra, onde provocaram incidentes sem importância [12]. Na manhã seguinte desciam ao mercado da cidade.

Existiam três espécies de vendedores no mercado: aqueles que dispunham de lugares inamovíveis e a que, por consequência, se não aplicava a lei; os ambulantes, que juridicamente eram apenas aqueles que, sem estabelecimento fixo, transportavam a sua mercadoria em burros, muares ou cavalos; e, finalmente, mulheres das vilas e aldeias vizinhas (por regra, casadas com pequenos produtores) que traziam irregularmente a Coimbra broa, hortaliça, fruta e criação, para comprar em troca bacalhau, açúcar, farinha, azeite e petróleo.

Segundo mais tarde se alegou, as primeiras multas atingiram indiscriminadamente a segunda e a terceira categorias descritas. Ora, se o procedimento contra os verdadeiros vendedores ambulantes não só era legal, como podia, em princípio, ter alguma justificação, para a punição das mulheres das freguesias rurais não havia fundamento possível. Tratava-se de um abuso e de uma prepotência, e como tal foi geralmente sentido.

As multas dos dias 8 e 9 deram origem a lágrimas e súplicas. As do dia 10 suscitaram já «um certo alarido». A 11, porém, as reacções tornaram-se bem mais sérias. De manhã, as estradas e caminhos que davam acesso a Coimbra apareceram guardados por mulheres, «rapazio» e alguns «operários», armados de paus, chuços e foices. O objectivo destes piquetes improvisados consistia em impedir que géneros frescos chegassem, como habitualmente, ao mercado de Coimbra. A iniciativa, conforme se apurou, partira das vendedeiras multadas na véspera, mas seguidamente recebeu o apoio dos camponeses e camponesas dos arredores: de São Martinho do Bispo, Nazaré da Ribeira, Casais, Benicanto, Santo António dos Olivais, Cernache e Coselhas [13]. Os grupos mais activos provinham de São Martinho do Bispo e de Coselhas, provavelmente os lugares mais afectados pelas actividades dos fiscais [14]. Os gritos que se ouviram — «Morram os ladrões!» — eram apenas dirigidos a estes últimos [15]. No entanto, a fúria colectiva não deixava lugar a dúvidas. Interrogada por um correspondente de *O Século*, uma das manifestantes declarou que não cederia nem que fosse obrigada a «bater-se com a tropa» [16].

Perto do meio-dia, a multidão que se concentrara às portas de Coimbra começou a entrar na cidade. O passo não deve ter envolvido premeditação ou deliberação. Uma vendedeira, Maria da Felicidade, que *O Dia* descreveu como uma «dirigente espontânea» «uma Maria da Fonte», explicou em pormenor como as coisas se passaram com ela. «Eu fui vender hortaliça a Coimbra», contou

---

[12] Oliveira Matos, *D. C. D.*, sessão n.º 33, 13-3-1903, p. 4.
[13] *D. C. D.*, 15-3-1903.
[14] *Ibid.*, 14-3-1903.
[15] *Ibid.*, mesma data.
[16] *Ibid.*, 15-3-1903.

a *O Dia,* «levava o meu carrego e juntei-me na Portagem às raparigas de Coselhas: daí fomos com a gente de lá pelas ruas a gritar.» [17]

Na verdade, e excepto pelo número reduzido de pessoas que combinaram e constituíram os primeiros piquetes, o protesto surpreendeu a maioria dos participantes: Maria da Felicidade trazia, como de costume, o seu «carrego» [18].

O que se passou em Coimbra não parece também haver sido premeditado. Aos primeiros grupos a percorrer a cidade juntaram-se as vendedeiras inamovíveis do mercado, os carniceiros, trabalhadores agrícolas e da construção civil, operários das oficinas artesanais (metalúrgicos, ferreiros, moageiros, alfaiates, etc.) e das fábricas de lanifícios, massas e louças de Sofia, Fora de Portas, Choupal e Santa Clara [19]. Em pouco tempo, a multidão chegava aos 10 000 e começava a tornar-se violenta. Também isto não estava nas previsões. Maria da Felicidade, a dirigente «espontânea», explicou: «Não sei como aquilo foi: aquecemos com o barulho e desatou-se à pedrada.» [20]

Apedrejaram-se o matadouro e lojas para os obrigar a fechar, as oficinas e fábricas ainda abertas e até casas particulares, onde presumivelmente moravam fiscais de impostos conhecidos. Centenas de manifestantes dirigiram-se também ao liceu local e à Universidade, invadiram-nos pela força, interromperam as aulas e pediram o apoio dos estudantes, que logo lhes foi dado. Naturalmente, a multidão atacou a «repartição do selo» (a Repartição de Finanças), assaltou-a e partiu mobília e vidros.

Durante todos estes acontecimentos, os gritos que se ouviram — «Abaixo os do selo, os impostos, a ladroeira!»; «O povo não quer pagar mais» — limitaram-se quase exclusivamente à questão que suscitara o protesto [21]. Apenas alguns «vivas à liberdade» — na verdade, pouco frequentes — tentaram dar ao movimento um sentido que ultrapassasse o caso particular [22]. Também, segundo *O Mundo,* se cantou *A Portuguesa* e se ouviram aclamações à República [23]. Porém, mesmo que isso haja acontecido, não sendo apenas uma invenção do optimismo revolucionário de França Borges, tais iniciativas partiram, conforme o próprio *O Mundo* garantia, de caixeiros e estudantes, que se haviam juntado à manifestação depois de as lojas e a Universidade terem fechado [24].

Na noite de 11 corria já uma canção, sobre música de *A Apanhar o Trevo,* que depressa se tornou o hino da revolta e que, dali em diante, reconhecendo o facto, a polícia passou a considerar «subversiva». Dizia ela: «Vão pagar o selo / o selo à praça / vão

[17] *DIA,* 18-3-1903.
[18] *Ibid.,* mesma data.
[19] *DNO.,* 12-3-1903; *RES.,* 22-3-1903.
[20] *DIA,* 18-3-1903.
[21] *NOV.,* 12-3-1903. Oliveira MATOS, o dirigente do Partido Progressista, sublinhou no Parlamento que não houvera gritos «anárquicos ou revolucionários» do tipo dos que «uma lei especial [a Lei de 13-2-1896] considerava sediciosos»: *D. C. D.,* sessão n.º 33, 13-3-1903, p. 4.
[22] *Ibid.,* id.
[23] *MUN.,* 13-3-1903.
[24] *Ibid.,* mesma data.

pagar o selo / que o selo não é de graça: / Vamos todos raparigas / / vamos à revolução / vamos todos fazer greve / ao Pátio da Inquisição» [25]. Estes versos, por causa dos quais várias pessoas foram presas, mantinham as características gerais dos gritos anteriores. A primeira quadra tratava só do episódio que desencadeara os acontecimentos. Na outra falava-se em revolução como antes se falara em liberdade, isto é, unicamente como expressão de uma atmosfera emocional. No entanto, a palavra «greve» — cujo uso é relativamente inesperado — pressupõe, por si, uma informação política mínima. Uma informação sumária e confusa, sem dúvida — que a ambiguidade semântica do termo revela —, mas não menos real. Se, por um lado, «greve» é um simples sinónimo de «tumulto», por outro designa também o abandono *sine die* do trabalho, isto é, uma forma moderna de luta de que os manifestantes têm conhecimento e a que deliberadamente recorrem.

O movimento desenvolveu-se sem direcção. Não há notícia de chefes ou sequer de palavras de ordem [26]. Apenas, quando a multidão se dirigia à Universidade, um carpinteiro subiu para um banco público e lhe fez o seguinte discurso: «Povo de Coimbra, lembro-vos que estais sobrecarregadíssimos de impostos e que daqui a pouco não tereis mais sangue para saciar a voracidade dos governos.» [27] Apurou-se posteriormente que este carpinteiro se proclamava socialista [28]. Porém, isso não queria dizer que fosse membro do P. S. P. (Partido Socialista Português), que não era de facto, mas somente que se identificava com o que então ambiguamente se descrevia como «ideias avançadas», isto é, um corpo confuso formado por doutrinas republicanas, federalistas, colectivistas e igualitárias. A intervenção do carpinteiro não teve qualquer influência na marcha de protesto; limitou-se a exprimir numa linguagem culta de autodidacta, sentimentos gerais.

No dia 11, os manifestantes tomaram conta de Coimbra. As forças da ordem não estavam preparadas para dominar este género — absolutamente excepcional e imprevisível — de distúrbios. A Polícia, segundo observou o jornal não republicano *O Ensino*, manteve-se «em prudente expectativa» [29]. Quanto ao Exército, a maior parte dos efectivos dos regimentos aquartelados em Coimbra tinham sido mandados para Lisboa a uma parada. Ao todo existiam na cidade trinta soldados disponíveis [30]. Assim, enquanto não foi reforçado, também o Exército se absteve de intervir.

Sem possibilidades de esmagar os tumultos imediatamente, as autoridades tentaram resolver a questão com algumas concessões oportunas. Luís Pereira da Costa, o governador civil, conseguiu de Teixeira de Sousa autorização para anular «os autos levantados

---

[25] *MUN.*, 13-3-1903.
[26] *FOC.*, 19-3-1903; *COMP.*, 18-3-1903; *MON.*, 13-3-1903.
[27] *MUN.*, 13-3-1903.
[28] *NOV.*, 12-3-1903. *O Comércio do Porto* notou, aliás, que a influência de A. Carneiro, o carpinteiro socialista, fora consistentemente moderadora: *COMP.*, 20-3-1903.
[29] *ENS.*, 12-3-1903.
[30] *DNO.*, 14-3-1903.

pela fiscalização do imposto do selo aos vendedores do mercado» e pediu que se «suspendessem as licenças até [que] se [averiguasse] da justiça ou injustiça da sua aplicação» [31]. Feito isto, supôs e declarou publicamente que «já não havia razão para a continuação do protesto» [32]. O Governo, porém, que não partilhava deste optimismo ou desta ingenuidade, expediu para Coimbra tropas de Aveiro, Leiria, Tomar e Lisboa — num total de seiscentos homens —, cujos primeiros contingentes chegaram ainda na noite de 11.

Na manhã de 12, a situação era, na verdade, explosiva. A cidade estava isolada dos arredores rurais, que a não abasteciam de géneros alimentares perecíveis como leite, manteiga, ovos, legumes e frutas. As lojas, as fábricas e as oficinas — excepto as farmácias e as padarias, que os manifestantes deixaram continuar a trabalhar — haviam fechado. O mesmo sucedera com a Universidade, o liceu, as escolas, os jornais e até as casas de penhores [33].

O protesto, que partira da iniciativa de alguns pequenos produtores agrícolas e trabalhadores urbanos — que muito provavelmente se encontravam ligados por vínculos regionais ou/e de parentesco —, alargara-se em menos de doze horas a vários outros grupos. Primeiro aos operários fabris, depois aos trabalhadores oficinais e aos artesãos independentes, a seguir aos lojistas e por fim aos estudantes. A partir de 1793, e, sobretudo, a partir de 1848, esta aliança tornara-se familiar a toda a Europa, de Praga e Viena a Madrid e Lisboa. Era a coligação clássica do jacobinismo dito «pequeno-burguês», que conhecera em 1848 o seu momento de poder e a sua derrota final. No entanto, aqui aparecia com algumas diferenças essenciais: formara-se à volta de uma questão trivial, não tinha objectivos políticos, isto é, não se destinava a mudar o pessoal ou a forma de governo, e — o que é mais importante — não era dirigido por partidos, facções ou intelectuais da classe média. Sempre estes últimos haviam dado à aliança «pequeno-burguesa» uma coesão (embora temporária) e uma estratégia, ou seja, tinham conseguido a sua integração no sistema de poder. Agora, sem eles, o protesto permanecia marginal. Do princípio ao fim, o movimento procura — e não encontra — um ponto de aplicação.

No dia 12, porém, estava ainda longe de ter perdido a força. Os distúrbios começaram às 9 horas da manhã, no mercado. Um dos talhos abriu como normalmente, apesar de só haver carne de vaca (muito pouca) e restos de carneiro. A multidão obrigou-o a fechar. No entanto, momentos depois chegava ao matadouro uma manada de bois escoltada pela polícia, por um contingente de cavalaria e por 60 homens de infantaria 29 (vindos na véspera à noite de Aveiro), que montaram guarda aos talhos. O resultado foi que os manifestantes apedrejaram os soldados e conseguiram até agredir alguns com «cacetes». Um alferes ficou ferido, mas a tropa

[31] *FOC.*, 12-3-1903.
[32] *Ibid.*, mesma data.
[33] *ESC.*, 12-3-1903; *DNO.*, 15-3-1903; *ORD.*, 17-3-1903.

manteve as suas posições, e até ao fim do conflito Coimbra pôde comprar carne [34].

Entretanto, os sinos da Sé Nova e de São Bartolomeu tocavam a rebate. Esta era a maneira tradicional de suprir a inexistência de canais de comunicação organizados, usada tanto na maioria dos protestos do Ancien Régime, como nas «jornadas» da Revolução Francesa e, depois, em muitas revoltas «burguesas» e nacionalistas, urbanas e rurais.

Ao toque dos sinos concentraram-se cerca de oito mil pessoas no centro da cidade. A maior parte em frente da Câmara Municipal e o resto nas ruas e praças adjacentes. Na excitação geral, depressa houve quem começasse de novo a apedrejar a Câmara Municipal, a Repartição de Finanças, o tribunal e as sentinelas de infantaria 23 que os guardavam. Também foram atacadas lojas, possivelmente de comerciantes mais renitentes em aderir ao protesto. No entanto, apesar da tensão, a violência mantinha-se dentro de estreitos limites. Porém, um incidente fortuito podia em qualquer altura desencadear — como desencadeou — uma batalha entre as forças da ordem e os manifestantes. Aconteceu, com efeito, que, indo um grupo de grevistas a descer a Rua de Montarroio, ao passarem em frente da prisão local, o guarda desta os mandou parar e avisou um deles, que trazia um pau na mão, de que só podia continuar desarmado. De acordo com testemunhas oculares, o dono do pau recusou-se a obedecer e, na melhor tradição jacobina, lembrou ao soldado que ele era «um filho do povo» e não devia, portanto, «ser contra ele». A esta retórica exortação, o soldado, implausivelmente, respondeu que «ainda há bem pouco tempo [se estivera] recordando da sua terra, da [sua] casa e de [sua] pobre mãe, mas que acima de tudo [estava] o cumprimento do dever». De qualquer modo, não alterou a ordem dada [35]. Isto provocou a multidão a avançar sobre ele a tirar-lhe a espingarda e a agredi-lo. De dentro da cadeia pediu-se auxílio ao Exército e as forças estacionadas à volta da Câmara Municipal acorreram, deixando o lugar praticamente desguarnecido, isto é, apenas com três homens. Quando chegaram à Rua de Montarroio, não conseguiram dominar sem violência a situação, e por isso não tardaram a abrir fogo, matando duas pessoas e ferindo várias. Entretanto, na Câmara, a multidão espancava os três soldados isolados — um dos quais viria a morrer — e invadia o edifício, partindo, como na véspera, móveis e vidros. Perante este novo ataque, o contingente que se deslocara para a Rua de Montarroio regressou e carregou sobre os manifestantes, que se defenderam «bravamente» à pedrada e à cacetada [36]. Como seria de esperar, o episódio acabou em tiros e em mais dois mortos e uma dezena de feridos [37].

Enquanto isto acontecia, nas aldeias vizinhas os sinos tam-

---

[34] Para todo o incidente, *NOV.*, 13-3-1903, e *NOR.*, 13-3-1903.

[35] Para todo o incidente, *CON.*, 17-3-1903.

[36] *MUN.*, 13-3-1903.

[37] *ORD.*, 17-3-1903. As ocupações profissionais dos mortos eram as seguintes: trabalhador agrícola, empregado comercial (livraria), oleiro e barbeiro: *NOR.*, 14-3-1903.

bém tocavam a rebate e depressa se formavam ajuntamentos de gente enfurecida e ameaçadora. Em Coimbra, quando se soube do que se passava, surgiram logo boatos de que a população dos arredores se preparava para marchar sobre a cidade. Contudo, apenas ocorreram alguns tumultos sem importância em Cernache dos Alhos, Santo António dos Olivais e Alfarelos [38]. Embora tivesse principiado nas freguesias rurais, o movimento só assumiu proporções susceptíveis de inquietar as autoridades dentro de Coimbra.

É difícil dizer o que pretendiam os manifestantes do dia 12. Na véspera, os artesãos, a maioria dos operários, os caixeiros, os empregados do comércio, os lojistas e os estudantes haviam sido apanhados desprevenidos. Confrontados com o protesto das vendedeiras, limitaram-se a juntar-se à revolta.

Na manhã seguinte é já nítida a presença de elementos com projectos políticos globais — quase de certeza trabalhadores urbanos, caixeiros, lojistas ou estudantes. Além dos gritos do dia 11 ouviram-se igualmente «morras» ao «Governo» e «vivas» à «República», à «revolução social» e ao «socialismo»; apareceram algumas bandeiras vermelhas e cantou-se frequentemente *A Portuguesa* [39]. A mudança não queria dizer que o movimento tivesse encontrado dirigentes ou objectivos, apenas revela a existência no meio dele de pessoas capazes de exprimir a sua revolta em termos políticos.

Porém, não restam dúvidas de que estas últimas tinham pouco ou nada a ver com o protesto original. Depressa começaram a actuar isoladamente, tentando desviar o movimento para os seus próprios fins. Na ausência de um comando único e de um plano comum, isto era inevitável. À tarde, alguns estudantes incitaram a multidão a ocupar a Universidade pela segunda vez [40]. Depois organizou-se um comício de estudantes e «operários» (isto é, de trabalhadores urbanos), onde os primeiros aprovaram uma moção em que se declaravam «incondicionalmente *ao lado* do povo» e pediam que as tropas fossem retiradas para os quartéis [41].

A iniciativa e a vocação dirigente dos intelectuais da cidade são igualmente patentes na letra de uma canção — *Avante* —, distribuída em folheto *impresso* na noite de 12. Nela não há vestígio da espontaneidade, simplicidade e imediatismo de *Vão Pagar* o *Selo*. Escrita numa linguagem de «letrado», é quase um programa de acção [42]:

Avante! meu povo, avante!
Que heis-de sair triunfante
Duma causa justa e nobre.
Avante! e não recueis,
Pelejai contra essas leis,
Que o vosso valor redobre.

[38] *CORN.*, 13-3-1903.
[39] *VAN.*, 14-3-1903; *DNO.*, 14-3-1903; *DIL.*, 14-3-1903; *NOV.*, 13-3-1903; *DIA*, 19-3-1903.
[40] *DIA*, 19-3-1903.
[41] *NOR.*, 14-3-1903.
[42] *FOC.*, 19-3-1903.

Avante! que o povo vence
Logo que repare e pense
Na miséria que o consome.
Avante! por vossos filhos,
Que vereis uns maltrapilhos
Que amanhã morrem de fome.

Povo! Avante! Pelejai
E esse vosso braço armai
Contra a dura tirania.
Que depois da noite escura
Há-de vir ainda a ventura,
Há-de vir a luz do dia.

Ao passo que *Vão Pagar o Selo* era o produto de uma voz colectiva, em *Avante* torna-se nítida a distinção entre o sujeito emissor e o «povo» a que se dirige. É o povo — o «meu» povo — que deve pelejar, não recuar e redobrar de valor, não um «nós»; é o «vosso» braço que deve ser armado, não o «nosso»; são os «vossos» filhos que acabarão em «maltrapilhos» e morrerão «de fome», não os «nossos». Só «a dura tirania», «a noite escura», parece universal. Contra ela, os activistas pequeno-burgueses — cujo discurso é o da canção — pensam usar, como um instrumento, a plebe, que vêem como uma massa homogénea.

Os «fuzilamentos» do dia 12 deram um novo impulso ao movimento, ao mesmo tempo que provocaram uma violenta reacção no Parlamento e nos meios políticos de Lisboa. Como seria de esperar, o Governo tomou a posição de intransigente defensor da ordem pública e social. Ao pedido da Associação Comercial de Coimbra para que se suspendesse «a exigência das licenças, até à revisão da respectiva lei, por forma a ficar sem extorsões e sem vexames», Teixeira de Sousa respondeu que consideraria o problema «devidamente», uma vez «[restabelecido] e [assegurado] o sossego» [43]. Por outro lado, Hintze declarou o estado de sítio, suspendeu as garantias e começou os preparativos para entregar Coimbra ao comando militar. Em geral, não se fizeram concessões.

Entretanto, em Coimbra — excepto algum pão e carne — não havia praticamente géneros alimentares. Além disso, o preço do pouco que se conseguia comprar quase triplicara. O leite, que antes custava 40 réis por litro, valia agora entre 80 e 100; a dúzia de ovos passara de 40 a 120; o peixe e as hortaliças tinham subido na mesma proporção [44]. De resto, principiava a viver-se uma atmosfera de terror. As ruas estavam vazias [45]; em muitas casas, um letreiro avisava os revoltosos mais ardentes de que ali «não [morava] nenhum empregado do selo» [46]. Alguns incidentes deram fundamento a estas precauções. Bombas rebentaram (duas ou

[43] Teixeira de SOUSA, *D. C. D.*, sessão n.º 33, 13-3-1903, p. 5.
[44] *MUN.*, 15-3-1903.
[45] *CORN.*, 17-3-1903.
[46] *DNO.*, 15-3-1903.

três) [47]; um grupo de trabalhadores não identificados assaltou a loja de um espingardeiro e só a intervenção do Exército impediu que se roubassem armas e munições [48]; foram derrubados meia dúzia de postes telegráficos à volta da cidade [49]; e corriam boatos de que seria cortada a água [50].

No entanto, apesar da tensão, os revoltosos continuaram a agir descoordenadamente. As iniciativas que se tomaram partiram de grupos com uma composição social definida, sem que coisa alguma no conjunto delas revelasse ou implicasse um projecto geral ou sequer consulta prévia. Três grupos começaram a emergir como os agentes principais do protesto: os trabalhadores urbanos, na maioria artesãos assalariados, os comerciantes e os estudantes. Comece-se por sublinhar que, apesar de a revolta ser originalmente rural e campesina, o seu núcleo passara para a cidade. O campo perdeu rapidamente toda a importância e influência quando o movimento alastrou para Coimbra; a partir do terceiro dia é aí que se dão os acontecimentos decisivos.

Não é difícil presumir as razões por que a iniciativa do protesto se transferiu para elementos urbanos. Em primeiro lugar, era-lhes mais fácil comunicar entre si [51]. Em segundo lugar, agiam num espaço físico mais pequeno, onde a sua acção era ao mesmo tempo simplificada e *dramatizada* e assumia um maior significado nacional. Em último lugar, porque, entre os revoltosos, eram eles os detentores da informação e da cultura políticas.

No dia 13, após a sua apropriação pelos intelectuais urbanos, verificaram-se tentativas de universalizar o protesto, isto é, de interessar nele o resto do País. Um panfleto distribuído de manhã mantém a linguagem equívoca do dia 11: «Ficam avisados os artistas e demais classes trabalhadoras em greve que esta deve manter-se a todo o custo. Deve responder-se às provocações dos opressores do povo com uma resistência passiva, sim, mas constante. Viva o Povo!» [52] Contudo, já aqui se notam importantes diferenças. Por um lado, não há menção de camponeses ou vendedeiras: o «aviso» dirige-se apenas aos «artistas e demais classes trabalhadoras», isto é, aos «demais trabalhadores urbanos». Por outro lado, recomenda-se a «resistência passiva», o que revela a preocupação de não provocar as autoridades a uma repressão violenta, ou seja, por outras palavras, subentende preocupações tácticas. Que esta não era uma posição popular provam-no os bandos de manifestantes que todo o dia insultaram o Exército aos gritos de «Venham espingardas e veremos o que fazem» [53].

Também a Associação Comercial falou independentemente, pensando no que poderia obter para os seus membros à custa da revolta. Sem surpresa, «[alienou] as responsabilidades das desor-

---

[47] *MUN.*, 15-3-1903.
[48] *Ibid.*, mesma data.
[49] *CON.*, 17-3-1903.
[50] *NOV.*, 14-3-1903.
[51] Adiante voltaremos a este ponto.
[52] *MUN.*, 14-3-1903.
[53] *Ibid.*, 15-3-1903.

dens que [pudessem] produzir-se». No entanto, declarou-se «solidária» com os «reclamantes» contra «as prepotências do fisco» [54], «prepotências» inevitavelmente lamentadas em Portugal inteiro, e pediu o apoio das suas congéneres [55]. Ele não tardaria a chegar de vinte e uma A. C. diferentes, que aproveitaram a oportunidade para se levantar contra o peso dos impostos, os «esbanjamentos» do Governo e a corrupção administrativa.

Quanto aos estudantes, reunidos em comício, decidiram publicar «um enérgico manifesto», «acompanhar em massa o funeral das vítimas [de 12]» e «comunicar» ao «povo de Coimbra» a sua disposição de o ajudar «moral e materialmente» [56]. Não se disse nada sobre república, mas, entre os onze oradores identificados nos jornais, quatro (Alberto Costa, Simões Raposo, J. F. Sotkler e Carlos Amaro) seriam futuros dirigentes do P. R. P. e dois (S. Raposo e C. Amaro) deputados à Assembleia Constituinte de 1911 [57]. Para estes, qualquer que fosse o seu pretexto ou resultado, a revolta tinha um valor táctico de propaganda anti-regime (que, aliás, a imprensa do Partido soube aproveitar). Tratava-se, pois, de a estender, agravar e fazer durar — sem mais.

Tanto os estudantes como a A. C. se dirigiram a todo o país. É conveniente precisar. Algumas associações de classe exprimiram a sua solidariedade aos grevistas de Coimbra; a Federação do Porto aprovou mesmo uma moção fulminando a «exploração desenfreada» e «infame» dos «governantes» [58]. Porém, a reacção geral foi fraca. Não só porque os «trabalhadores urbanos» constituíam uma categoria muito heterogénea, englobando artesãos assalariados, operários oficinais e fabris, empregados dos transportes e da construção civil; não só porque as suas condições de existência, o seu trabalho (até dentro do mesmo ramo) e a sua ideologia (ou, talvez melhor, a sua cultura, no sentido antropológico) variavam de área para área; não só porque estavam dispersos por pequenos ilhéus no Portugal rural — mas também porque, reflexo e causa de tudo isso, as suas organizações (fracas) e a sua imprensa (de pequena circulação) eram eminentemente *locais* [59].

Pelo contrário, a pequena burguesia comercial dos retalhistas e dos serviços (taberneiros, merceeiros, droguistas, farmacêuticos, barbeiros, alfaiates, etc.) e a pequena burguesia intelectual dos estudantes, funcionários públicos, solicitadores, jornalistas, empregados de comércio ou de escritório, etc., eram classes *nacionais*.

Em primeiro lugar, embora no interior de cada ocupação houvesse gradações (um merceeiro de uma vila de província diferia do dono de uma mercearia do centro de Lisboa, assim como um

---

[54] *FOC.*, 12-3-1903.
[55] *Ibid.*, 19-3-1903.
[56] *SEC.*, 14 e 15-3-1903.
[57] *MUN.*, 14 a 16-3-1903.
[58] *NOR.*, 18-3-1903.
[59] É significativo, a este respeito, que uma parte substancial da imprensa das classes trabalhadoras nem sequer se referisse à revolta de Coimbra. Ver, por exemplo, *A Democracia Cristã* (Lisboa), *A Luz do Operário* e *O Tecido* (Vila Nova de Gaia), *O Lutador* (Viana do Castelo), *O Labor* (Gouveia), etc. *O Trabalho* (Setúbal) tomou mesmo o partido do Governo: *TRA.*, 19-3-1903.

jornalista de Braga ou Viseu diferia de um jornalista de Lisboa), existia uma fundamental identidade nas condições de existência e trabalho e na ideologia (cultura) que todos partilhavam. Em segundo lugar, estes grupos recobriam todo o território. Não que não existissem zonas de concentração e outras de dispersão. Porém, se a malha ora apertava ora alargava, estendia-se com uma certa homogeneidade ao país inteiro.

Assim, quando o protesto se expandiu para fora da região de Coimbra (uma expansão reduzida e logo sufocada), foi através de elementos da pequena burguesia como definida atrás. Em Soure deu-se uma greve geral dirigida por um médico [60]. Em Bragança, Tomar, Poiares, Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Celorico da Beira, São Pedro do Sul, encontramos lojistas, caixeiros e empregados do comércio à frente dos distúrbios [61]. Em Viseu, um industrial, um estudante e um operário presidiram a um comício [62].

Porém, o alastramento e a já excessiva duração da revolta inspiraram a Hintze Ribeiro medidas drásticas. Em Coimbra, com efeito, começava a haver fome. Cantava-se agora o *A Apanhar o Trevo* com uma nova letra: «Já chegou a fome, a fome / Chega a fome para nós./Não temos carne, hortaliça,/nem batatas nem arroz.» [63] Por outro lado, o terror aumentara. Todos os inspectores do selo e muitos funcionários públicos fugiram da cidade [64]; o Hospital da Universidade teve de ser abastecido de leite sob escolta militar [65]; os ofícios religiosos deixaram de se realizar [66]; as linhas telegráficas continuavam a ser regularmente cortadas [67]; ninguém podia estar parado na rua sem correr o risco de agressão por parte dos revoltosos, da polícia ou do exército. Mais grave ainda: elementos das «forças-vivas» (isto é, proprietários dos meios de produção e comerciantes por grosso), que em nada simpatizavam com o protesto e, logicamente, deviam temê-lo, principiaram a apoiá-lo a fim de o usar para derrubar Hintze e a chamada «ditadura» do Partido Regenerador. Lavradores e negociantes distribuíram comida aos grevistas e donos de fábricas pagaram-lhes os salários ou deram-lhes subsídios [68]. A revolta expandia-se não só horizontalmente, mas também verticalmente.

Isto, o Governo não o podia permitir. Em primeiro lugar, porque o ameaçava. Em segundo lugar, porque ameaçava a própria estabilidade do sistema. Deste modo, a 14, a cidade foi finalmente entregue às autoridades militares e as comunicações com o exterior (postais, telefónicas ou telegráficas) foram interrompidas [69]. Além disso, tentou-se desde logo remover fisicamente do local um dos

---

[60] *NOR.*, 18-3-1903.
[61] *CORN.*, 19-3-1903; *VAN.*, 19-3-1903; *DIA*, 18-3-1903; *NOR.*, 18, 19 e 22-3-1903; *COMP.*, 19-3-1903.
[62] *NOR.*, 21-3-1903.
[63] *DNO.*, 16-3-1903.
[64] *VAN.*, 17-3-1903.
[65] *DIL.*, 15-3-1903.
[66] *DNO.*, 16-3-1903.
[67] *COMP.*, 17-3-1903.
[68] *CORN.*, 19-3-1903.
[69] *DIL.*, 17-3-1903.

principais agentes de perturbação: Hintze fechou a Universidade, mandou os estudantes regressar a casa e requisitou dois comboios (um destinado ao Porto, outro a Lisboa) para os ir buscar gratuitamente a Coimbra.

A evidente intenção do Governo de acabar com a revolta expeditivamente ajudou a reanimá-la, mas pela última vez. Os estudantes resistiram com êxito à ordem de expulsão: apenas cerca de 80 saíram para o Porto e pouco mais de 30 para Lisboa. Mesmo assim, os comboios estiveram retidos durante horas em Coimbra, enquanto a polícia e o exército procuravam dispersar os piquetes de grevistas postados à entrada da estação, remover das linhas as várias dezenas de manifestantes que nelas se haviam deitado e dominar os tumultos que acompanharam ou se seguiram a tais operações.

Dos grupos em revolta, só os trabalhadores apoiaram os estudantes. Na manhã de 15 apareceu um manifesto, assinado pelos «operários de Coimbra», em que estes se declaravam «indignados» e «[se colocavam] com o mais ardente entusiasmo ao lado de todos os académicos» [70].

Porém, o facto era que, sem organização nem objectivos, o entusiasmo declinava depressa. Na tarde de 15, os estudantes ainda tentaram provocar um novo incidente que refizesse a unidade e recriasse a militância das forças originais do protesto. Sob pretexto da sua desobediência às instruções do Governo, 1200 apresentaram-se, primeiro, ao reitor e, depois, ao governador civil interino, o general A. Oliveira, para que os prendessem. Como seria de esperar, ambos se recusaram a cair na armadilha. Assim, à noite, uma assembleia geral da academia devolveu a cada membro individualmente a decisão de partir ou de ficar em Coimbra [71].

Entretanto, outra assembleia geral, a da Associação Comercial, pressionada pelas autoridades civis e militares, recomendava a abertura dos estabelecimentos para 16, enquanto o Exército garantia aos lojistas completa protecção. Quando a notícia correu na cidade, ouviram-se «alguns morras», mas não houve tumultos, nem, à altura, actos de violência individual [72].

A deserção dos lojistas condenou os trabalhadores urbanos. Ao princípio da noite de 16, um comunicado anunciava num português autenticamente suspeito [73]: «Os operários em greve e que estavam de olhos fitos no comércio, prontos a acompanharem-no, uma vez que se mantivesse na linha que a princípio seguiu, firmemente dispostos a manterem-se na sua atitude de protesto sustentado desde o começo dos acontecimentos, vêm declarar a sua resolução, com mágua *(sic)* tomada, de voltarem ao trabalho, visto a desgraçada solução que o comércio por último entende dever adoptar — *abrir os estabelecimentos.*» Assumia responsabilidade pelo comunicado «a maioria dos operários», o que queria dizer que a decisão final não fora pacífica, mas imposta pelas circunstâncias

[70] *MUN.*, 16-3-1903.
[71] *Ibid.*, mesma data.
[72] *Ibid.*, 17-3-1903.
[73] *DIA*, 17-3-1903.

e pelo número. Ficavam em oposição alguns intransigentes que apareceriam nos dias seguintes. Os outros irredutíveis eram um número considerável de estudantes — à volta de 500 — que haviam decidido não sair da cidade [74].

O dia 16 começou, às 6 da madrugada, com o enterro das vítimas de 12. A autoridade não consentiu que se formasse um cortejo ou que assistissem à cerimónia pessoas que não fossem parentes próximos dos mortos. A hora escolhida ajudou também a que tudo se passasse rápida e discretamente. Além das famílias, só estiveram presentes representantes da Polícia e do Exército e meia dúzia de jornalistas.

De manhã abriram as primeiras lojas. Houve alguns incidentes, mas pouco graves. Um cozinheiro foi preso porque «cobria de impropérios» um droguista [75]. Outro «popular» impediu que um estabelecimento funcionasse, «intimando o dono a fechar e partindo vidros», e, quando a polícia acorreu, declarou-lhe orgulhosamente: «Agora matem-me, se quiserem.» [76] Outro, ainda, pregou na porta da Associação Comercial um protesto pessoal e manuscrito contra a «traição» da véspera [77]. Também os empregados do Matadouro «ameaçaram» os lavradores que se apresentaram com gado para abate (carneiros e porcos) e os forçaram a retirar-se [78].

Toda a resistência teve este carácter individual, esporádico, espontâneo. Movimentos colectivos e organizados não apareceram. Apenas um pequeno grupo de comerciantes lamentaram e publicamente se dessolidarizaram da decisão da Associação Comercial; mas que esta não fora unânime, já se sabia [79].

A revolta terminara. Reconhecendo isto, a última assembleia magna da academia recomendou o regresso às aulas, explicando «que o povo de Coimbra [abandonara] já o campo de acção [...] e que a causa que só a ele pertencia não [podia] ser exclusivamente defendida por estudantes» [80].

A 17, a cidade voltou, portanto, à normalidade. Só as vendedeiras das freguesias limítrofes continuavam «a mostrar uma certa relutância em vir ao mercado». Por isso, o administrador do concelho pediu aos párocos e regedores que desfizessem qualquer «receio» [81]. Dias depois, Coimbra era devolvida às autoridades civis e as garantias individuais restabelecidas. A lei que determinava a cobrança do imposto do selo continuou em vigor. Porém, pelos anos seguintes permaneceu letra-morta.

A partir do momento em que o Governo se resolveu a intervir em força, vinte e quatro horas bastaram, portanto, para sufocar a revolta. Convém examinar as razões do facto, porque, embora elas pareçam óbvias, apenas as menos interessantes de facto o são. O que primeiro importa notar é que Hintze não teve qualquer difi-

[74] *MUN.*, 17-3-1903.
[75] *CORN.*, 17-3-1903.
[76] *DNO.*, 17-3-1903.
[77] *Ibid.*, mesma data.
[78] *NOR.*, 17-3-1903.
[79] *MUN.*, 17-3-1903.
[80] *VAN.*, 17-3-1903.
[81] *MUN.*, 18-3-1903.

culdade em isolar Coimbra do resto do País. Por um lado, como atrás se disse, alguns dos grupos envolvidos no protesto não eram «classes nacionais»: os camponeses e os trabalhadores urbanos. Por outro, as «classes nacionais» participantes não estavam constituídas em — ou não se tinham constituído a partir delas — agentes políticos nacionais, isto é, uma ou várias organizações que recobrissem o País ou se encontrassem implantadas nos principais pontos estratégicos e cujo objectivo fosse a conquista do poder. Nestas circunstâncias, o isolamento físico de Coimbra equivaleu ao isolamento político dos revoltosos. De resto, quando o protesto se estendeu, estendeu-se devagar e com irregularidade, e sobretudo na área que era tradicionalmente a área de influência da cidade: ao próprio distrito de Coimbra e aos distritos de Viseu, de Castelo Branco e da Guarda. Isto revela como a expansão dependeu da efectividade das comunicações. Tivessem elas sido contínuas e rápidas, e é possível que os revoltosos houvessem recebido um apoio generalizado.

No entanto, a formação de um agente político nacional implicaria a existência de uma estratégia global. Um protesto local, por violento que fosse, suscitado por problemas locais, não era, em princípio, susceptível de se alargar ao país inteiro. Não bastava gritar «Abaixo o imposto do selo!», ou «Abaixo os impostos!», ou «Abaixo os ladrões!». Desde logo, a carga fiscal e a corrupção administrativa não eram seguramente sentidas universalmente da mesma maneira. Depois, por si só, diminuir ou suprimir os impostos não poderia representar um programa suficiente ou sequer viável para fundar um agente político, dotado de uma estratégia e, logo, de uma táctica próprias, nem o definiria em termos de poder (isto é, nas suas relações com o Estado).

Por outras palavras, para que a revolta regional pudesse tornar-se nacionalmente eficaz, ou, mais precisamente, para que a sua comunicação ao conjunto do País se tornasse possível, seriam precisas, não apenas (evidentemente) uma organização, mas também uma reivindicação universal em que se absorvesse e que recobrisse a reivindicação particular e que, ao mesmo tempo, marcasse uma estratégia. Nesse caso, a força gerada localmente seria (ou, pelo menos, teria oportunidade de ser) aproveitada e aumentada em outro nível. Evidentemente que a reivindicação particular só se poderia assimilar a uma reivindicação universal distorcendo-se e mutilando-se.

Em contrapartida, e conforme a história política portuguesa o iria mostrar, a condição de existência de uma reivindicação universal seria a sua essencial ambiguidade. Dentro de pouco tempo, com efeito, o diverso descontentamento manifestado na aliança social que produzira o protesto de Coimbra se unificaria (e tendencialmente universalizaria) no grito — na altura ouvido apenas ocasionalmente — de «Viva a República!». Mas o Partido Republicano não tinha *um* programa. Tinha um objectivo estratégico — derrubar a Monarquia — e *todos* os programas de *todos* os inconciliáveis com o regime.

É aqui significativo que a linguagem do protesto se transfor-

masse e universalizasse à medida que se afastava vertical e horizontalmente das suas fontes [82].

Só as vendedeiras e os primeiros piquetes falaram de impostos, de fiscais e de ladrões; a pequena burguesia de Coimbra e os estudantes cantaram *A Portuguesa* e disseram a palavra decisiva: «República». Também fora de Coimbra se começou *logo* por uma reivindicação universal, sobretudo quando os tumultos foram claramente, se não organizados, promovidos. Em Soure, por exemplo, um camponês confessou ter recebido «um tostão para entrar nestas coisas» [83]. Aí a questão não era de licenças, nem de multas. O tostão pagava gritos de «Abaixo o Governo!» e de «Viva a República!».

É também importante sublinhar que o movimento de Coimbra foi vencido progressivamente em cada um dos seus elementos constituintes, e não num só momento na totalidade desses elementos. A Associação Comercial decidiu recomendar sozinha a reabertura dos estabelecimentos, o que é natural, dado que os corpos organizados são os mais vulneráveis à repressão e, portanto, quase sempre os primeiros a operar uma retirada. Seguiram-se-lhes os trabalhadores urbanos e, por último, os estudantes. Ninguém ouviu ou atendeu os promotores do protesto — vendedeiras e camponeses —, ninguém se consultou entre si.

Mas o modo como a revolta se desfez mostra implicitamente a importância que nela a pequena burguesia e os estudantes tinham assumido. «A maioria dos operários» acabou a greve porque, «de olhos fitos no comércio», não queria nem podia continuar sem ele. Por outro lado, os estudantes animaram as fases finais da luta, a 15 e a 16, e formaram o último grupo a aceitar a derrota. Sem o apoio da cidade, o campo aceitou os factos consumados: o vasto espaço das freguesias rurais e a correlativa dificuldade de contacto, a dispersão dos elementos activos e a quase impossibilidade de manobra impediram toda a resistência.

III

Para a Monarquia constitucional, os revoltosos de Coimbra não tinham identidade específica. Isto é, nunca foram identificados como grupos sociais, ideológicos ou políticos diferenciados. Mas nem só os partidos oficiais do regime os consideraram deste modo: também os outros agentes do sistema — o P. R. P. e o P. S. P. — os viram assim. Todos falaram, à maneira do Antigo Regime, genericamente do «povo», da «canaille taillable et corvéable à merci», sem distinguir nem classificar. Vejamos em pormenor.

A reacção inicial foi, evidentemente, de espanto. Coimbra, nas palavras de J. Dias Ferreira, não passava de uma «terra pacata por excelência» [84]. Demais, como outros porta-vozes autorizados

[82] *NOR.*, 18, 19, 20, 21 e 22-3-1903.
[83] *DNO.*, 18-3-1903.
[84] J. Dias Ferreira, *D. C. D.*, sessão n.º 33, 13-3-1903, p. 3.

sublinharam, o povo português era «dócil», «bom», «generoso», «trabalhador», «ordeiro», «inofensivo», «quieto», «humilde», não havendo «nada mais fácil do que governá-lo» [85] (alguns — poucos — declararam-no, porém, «propenso à revolta») [86].

O «povo», no entanto, surpreendentemente, punha em causa a autoridade do Estado. E, quanto a este ponto, desde o começo que não houve hesitação sobre o princípio fundamental: era necessário fazê-la integralmente respeitar[87]. Falando pelo maior e mais poderoso grupo da oposição, Oliveira Matos declarou a regra: «nestas questões de ordem pública [...] o Partido Progressista abstém-se por completo de fazer política» [88]. Face ao exterior do sistema, a solidariedade deste *devia* ser completa.

Não significa isto que se não discutissem questões tácticas (seria mais conveniente começar por ceder ou usar logo a força?), ou mesmo os méritos do problema (teria o «povo» «razão», estaria a «justiça» com ele?) [89]. O ponto decisivo é que em nenhum momento os revoltosos foram tomados como um interlocutor possível, isto é, como um possível parceiro de negociação ou de aliança. O «povo» — mais exactamente, em cada conjuntura, a sua passividade ou a sua agitação — definia apenas o campo de possibilidades do sistema e uma área de incidência da decisão. Daí que o sistema se protegesse em bloco contra o que ele próprio excluía. Não reconhecer diferenças entre os que o atacavam contribuía eficazmente para evitar que um grupo ou grupos do «povo» se constituíssem em agentes de poder [90]. Particularizar, negociar, equivaleria, pelo contrário, a admitir um novo agente no processo político e, portanto, potencialmente, no sistema. Não havia para o Governo de Hintze ou para o Parlamento camponeses, lojistas, caixeiros, artesãos, trabalhadores urbanos, etc., como também não havia republicanos, socialistas ou anarquistas. Se assim tomados, estes veriam reconhecida pelo próprio sistema uma identidade política. O que havia era o «povo», e o «povo» não tinha existência política.

É claro que o fracasso de Hintze em manter a «ordem pública», isto é, em defender o sistema de ataques do exterior, foi duramente criticado. A orientação geral dessas críticas é a de que o Governo «sobrecarregara» de mais «o povo». Por outras palavras, é a de que a acção do Governo excedera os limites do campo de possibilidades do sistema e, logo, o pusera em risco.

A categoria «povo» funcionava, assim, como um princípio de exclusão: era o nome que designava todos os grupos sociais e *tam-*

---

[85] Francisco José MACHADO, *D. C. D.*, sessão n.º 34, 14-3-1903, p. 5; Augusto FUSHINI, D. C. D., sessão n.º 34, 14-3-1903, p. 6; *COMP.*, 15-3-1903; *VAN.*, 16-3-1903.

[86] *REV.*, 22-3-1903.

[87] E. R. Hintze RIBEIRO, *D. C. D.*, sessão n.º 34, 14-3-1903, p. 5.

[88] Oliveira MATOS, *D. C. D.*, sessão n.º 33, 13-3-1903, p. 4.

[89] Francisco José MACHADO, *D. C. D.*, sessão n.º 34, 14-3-1903, p. 3.

[90] Veja-se, por exemplo, como o jornal *O Rebate*, que se apresentava como «órgão do operariado covilhanense», se referia, num único artigo, aos revoltosos e, por extensão, aos seus leitores: «o povo baixo», «o povo trabalhador», «a besta cega», «o ente inconsciente e serviçal», «o pária degenerado pelas torturas das privações»: *REB.*, 22-3-1903.

bém todos os indivíduos que permaneciam fora da área de produção de decisões políticas. Isto explica o carácter específico da revolta. Atacam-se fisicamente os agentes da autoridade — os fiscais ladrões — e os seus símbolos próximos — a Câmara Municipal, a Repartição de Finanças — e, verbalmente, o seu símbolo longínquo: «Morra o Governo!» As reivindicações não são canalizadas — nem se pensa em canalizá-las — através das vias institucionais estabelecidas e dos agentes políticos reconhecidos. Ninguém se dirige ao Partido Progressista, à altura na oposição, para encabeçar o protesto, como ninguém se dirige aos Partidos Republicano e Socialista. A revolta faz-se contra o sistema: em bloco.

Em 1903, o «povo» compreende toda a população portuguesa, excepto os grandes e médios proprietários rurais, os maiores industriais e comerciantes por grosso (nacionais e internacionais), as classes médias das profissões liberais e afins e do funcionalismo e uma diminuta parte da pequena burguesia. O resto constitui um campo supostamente contínuo e uniforme em que o sistema se incrusta e que domina.

Contudo, a natureza de um não agente está em não agir. Torna-se então difícil — postulando a qualidade de não agente do «povo» — explicar a sua agitação. A solução mais simples consiste, evidentemente, em tomá-la como reacção «natural», o que pressupõe que ao «povo» se atribui o mesmo estatuto epistemológico que ao mar ou à terra. A infracção das regras «naturais» de navegar ou cultivar acarreta resultados negativos. Quando se afirma que «o povo não pode pagar mais», quer-se significar o mesmo que quando se declara que «a terra não pode dar mais». Um campo demasiado cultivado fica estéril, um homem demasiado explorado revolta-se.

Há, contudo, outra interpretação possível, que, em certa medida, é uma variante da anterior: o «povo» não é um agente, mas pode ser o instrumento de um ou vários agentes constituídos. Se a presença e o papel destes últimos não são aparentes, dar-se-á como certa a sua presença e papel ocultos. Tanto *O Dia* como *O Correio da Noite* (progressistas) ou as *Novidades* (regenerador) falaram imediatamente em «agentes revolucionários», «agitadores movendo-se na sombra» (subentendia-se que profissionais) e em associações secretas, como a Carbonária, Os Invisíveis (o que não deixa de ser uma designação reveladora) e a loja maçónica A Bernarda [91], correram fábulas de homens mascarados incitando ao tumulto [92] e chegou-se mesmo ao extremo de garantir que o próprio protesto fora desencadeado por elementos subversivos fingindo de fiscais do selo [93].

Mais significativo ainda, «o povo» foi, sem excepção, tratado como instrumento pelos agentes políticos do sistema e usado nas suas lutas internas. Logo que se tornou claro que a revolta não

---

[91] *CORN.*, 16-3-1903; *NOV.*, 17 e 18-3-1903; *DIA*, 15-3-1903, 18-3-1903 e 19-3-1903.

[92] *DIA*, 18-3-1903.

[93] *COE.*, 25-3-1903.

punha em risco a integridade do regime e que não duraria muito tempo, o Partido Progressista colocou-se — segundo proclamou — «*do lado* do povo» [94]. A partir daí, o protesto serviu de argumento para tentar derrubar o Governo regenerador de Hintze, que se viu acusado de «praticar toda a espécie de esbanjamentos» para «satisfazer a sua clientela», a que fizera «inconfessáveis promessas», de organizar uma «orgia» de três anos [95], de não passar de uma «oligarquia de bandidos sem lei e sem estatuto, desfrutando uma vida descuidada e de luxúria [*sic*]» [96], etc.

O importante, aqui, reside no facto de as críticas se dirigirem ao excesso da carga *geral* de impostos — sem distinguir grupos mais ou menos gravosamente afectados por ela [97] —, sendo esse excesso, por sua vez, atribuído à má administração, corrupção e simonia dos Regeneradores [98]. Isto significa que os adversários de Hintze não discordavam da estrutura fiscal, ou, por outras palavras, que os interesses defendidos pelos principais agentes do sistema eram essencialmente idênticos. Apenas três jornais, dois ultraconservadores (*O Comércio do Porto* [99] e o tenuemente pró-franquista *Diário Ilustrado* [100]) e um socialista (*A Voz do Operário*) [101], todos situados nas margens do poder, se referem ao desequilíbrio e à «iniquidade» da estrutura fiscal, dando à revolta de Coimbra um sentido propriamente político. Até a imprensa republicana e a generalidade da imprensa dos trabalhadores se contentam com um clamor abstracto contra as «sanguessugas lorpas» do Governo [102], que não difere, no essencial, da posição do Partido Progressista e das acções independentes do regime: ou seja, que não constitui um ataque radical aos pressupostos sociais e políticos do constitucionalismo.

Consequentemente, também eles — o P. R. P. e o P. S. P. —, como atrás se disse, vêem nos manifestantes de Coimbra a entidade abstracta e indiferenciada de «o povo». Ou, nas palavras já mais ambíguas de França Borges, a «solidariedade de classes» (no sentido de classes socioprofissionais, não propriamente de classes ou grupos sociais), que ele aplaude e recomenda [103]. Por isso, para os intelectuais — ideologicamente da classe média — que dirigem os Partidos Republicano e Socialista, «o povo» é, como para os Progressistas ou para os incipientes Regeneradores-Liberais, em vez de um agente (ao menos potencialmente) autodeter-

---

[94] F. J. MACHADO, *D. C. D.*, sessão n.º 34, 14-3-1903, p. 3. Até o Partido Socialista Democrático, de Sá PEREIRA, publicou um comunicado exprimindo a sua «solidariedade aos revoltosos» e reclamando, a propósito, a atenção pública para si próprio. *VAN.*, 20-3-1903.

[95] ID., *ibid.*, mesma sessão, p. 4.

[96] *RES.*, 19-3-1903.

[97] *DIL.*, 13-3-1903; *CORN.*, 12-3-1903; A. FUSCHINI, *D. C. D.*, sessão n.º 34, 14-3-1903, p. 6.

[98] *DIL.*, 13-3-1903; *ENS.*, 12-3-1903; *ESC.*, 12-3-1903; *CON.*, 17-3-1903; *FOC.*, 12-3-1903; *ORD.*, 17-3-1903; *GRI.*, 21-3-1903; *NOR.*, 13-3-1903.

[99] *COMP.*, 15-3-1903.

[100] *DIL.*, 18-3-1903.

[101] *VOZ*, 15-3-1903.

[102] *REB.*, 22-3-1903.

[103] F. BORGES, *MUN.*, 15-3-1903.

minado, um instrumento a ser usado. Na opinião deles, o P. R. P. deveria ter «[disciplinado, orientado, organizado]», *não os revoltosos,* mas «o fogo», que assim poderia haver «[ateado]» [104]. Em suma, o P. R. P. deveria ter «[tomado] o movimento» e, subentende-se, ter-se servido dele para os seus próprios fins [105].

Mesmo o ponto de vista dos Socialistas não era diferente. *O Revolucionário* achava que «ao povo» faltavam «apenas chefes e planos para que se [lançasse], com toda a energia e entusiasmo, nos azares de uma revolução tremenda» [106]. E até o jornal operário anarquizante *A Obra,* séria e amargamente, se queixava de que, «enquanto o povo se batia nas ruas de Coimbra», os responsáveis republicanos «discutiam a organização partidária» e «o Directório tomava chá [e] tratava do preço do bacalhau» [107].

IV

Em 1903, o constitucionalismo monárquico mantém a sua capacidade de excluir «o povo» do poder. Isto é, de excluir do poder os pequenos-médios e pequenos proprietários da terra, os camponeses, a pequena burguesia do comércio e dos serviços, a pequena burguesia industrial e intelectual, os trabalhadores rurais, da pesca, da construção civil e das minas, os artesãos independentes e assalariados, os operários oficinais e fabris, etc. O «povo» — ou parte deste — não é ainda um agente político ou um conjunto de agentes políticos. O seu protesto serve de arma nas querelas interiores do sistema — incluindo nele o P. R. P. e o P. S. P. Contudo, porque não tem organização nem objectivos, não chega a constituir uma ameaça grave. Tudo o que pode produzir são revoltas primitivas contra a autoridade, não uma acção política, ou seja, uma tentativa de alterar as relações de poder.

O Partido Republicano vai em breve — entre 1903 e 1906 — constituir uma parte do «povo» num agente político, sob a direcção de intelectuais da classe média. Estes últimos — que o sistema não conseguiu absorver ou rejeitou — trazem a cultura universalista (e, não acidentalmente, universitária), que permitirá definir uma estratégia de ataque e uma alternativa estatal ao sistema.

Poderá parecer que se trata aqui de novo de usar «o povo» como instrumento. Em certa medida, e nas intenções tácticas de alguns dirigentes republicanos, é precisamente disso que se trata. Porém, há diferenças essenciais. A partir de 1906 — e sobretudo a partir de 1908 —, a palavra *povo* designa uma nova realidade. Não já a massa indistinta e não estruturada de 1903, mas muito exactamente a pequena burguesia urbana e os seus aliados das classes trabalhadoras, organizados num partido legal e numa associação clandestina (a Carbonária Portuguesa), com capacidade,

---

[104] F. BORGES, *MUN.*, 24-3-1903.
[105] *RES.*, 22-3-1903.
[106] *REV.*, 22-3-1903.
[107] *OBR.*, 28-3-1903.

poder de decisão e objectivos definidos: isto é, constituídos, num agente político. Conviria que fossem analisadas — porque ainda não o foram — as condições, os factores e o processo dessa transformação.

FONTES [108]

Comércio do Porto (O)	Independente	Porto	*COMP.*
Conimbricense (O)	Independente	Coimbra	*CON.*
Correio da Europa (O)	Independente	Lisboa	*CORE.*
Correio da Noite (O)	Progressista	Lisboa	*CORN.*
Democracia Cristã (A)	Democrata cristão	Lisboa	*DEM.*
Dia (O)	Progressista	Lisboa	*DIA*
Diário da Câmara dos Senhores Deputados	Oficial	Lisboa	*D. C. D.*
Diário Ilustrado	Regenerador liberal	Lisboa	*DIL.*
Diário de Notícias	Independente	Lisboa	*DNO.*
Ensino (O)	Pró-republicano	Coimbra	*ENS.*
Escola (A)	Independente	Coimbra	*ESC.*
Folha de Coimbra	Regenerador	Coimbra	*FOC.*
Grito do Porto (O)	Democrata cristão	Porto	*GRI.*
Labor (O)	Independente	Gouveia	*LAB.*
Lutador (O)	Independente, pró-socialista	Viana do Castelo	*LUT.*
Luz do Operário (A)	Independente	Vila Nova de Gaia	*LUZ*
Mundo (O)	Republicano radical	Lisboa	*MUN.*
Norte (O)	Republicano	Porto	*NOR.*
Novidades (As)	Regenerador	Lisboa	*NOV.*
Obra (A)	Pró-anarquista	Lisboa	*OBR.*
Ordem (A)	Progressista	Coimbra	*ORD.*
Rebate (O)	Independente	Covilhã	*REB.*
Resistência (A)	Republicano	Coimbra	*RES.*
Revolucionário (O)	Socialista	Lisboa	*REV.*
Tecido (O)	Independente	Porto	*TEC.*
Trabalho (O)	Socialista	Setúbal	*TRA.*
Século (O)	Independente	Lisboa	*SEC.*
Vanguarda (A)	Republicano	Lisboa	*VAN.*
Voz do Operário (A)	Independente, pró-socialista	Lisboa	*VOZ*

[108] Na maioria dos casos indicaram-se as fontes em nota de pé de página, ou para atribuir transcrições literais, ou quando as informações disponíveis não eram *inteiramente* concordes, ou ainda nos casos em que se tratava de um testemunho único e, portanto, inconfirmável por cotejo.